

1. Em relação ao crime de peculato, entende-se corretamente que:
- a) não é possível de pessoas no crime de peculato em razão da condição individual incomunicável de funcionário público.
 - b) não comete peculato o funcionário público que investe o dinheiro ou recursos que obteve em razão do cargo na própria repartição pública.
 - c) o sujeito ativo somente pode ser o funcionário público e em uso necessário do cargo para obter a posse do dinheiro, valor ou bem móvel.
 - d) o bem recebido pelo agente público no peculato, deve ser de origem privada para a caracterização do tipo penal.
 - e) o policial que não tem, funcionalmente, a atribuição de receber valor correspondente a fiança, mas o faz e apropria-se do dinheiro, incorre no crime de peculato.
2. Quanto ao concurso de pessoas, afirma-se que:
- a) a teoria dualista afirma que na pluralidade de agentes com diversidade de condutas, sendo um só o resultado, não se separam os coautores.
 - b) a intenção do partícipe em concorrer para crime menos grave não afeta sua pena, segundo a teoria admitida pelo Código Penal Brasileiro.
 - c) é requisito do concurso de pessoas o ajuste prévio de condutas.
 - d) o concurso de pessoas é a cooperação desenvolvida por várias pessoas para o cometimento de uma infração penal, sendo chamado também de coautoria, concurso de agentes ou cumplicidade.
 - e) há na doutrina as teorias unitária ou monista, que afirma que todas as pessoas que concorrem ao crime incidem nas penas a ela cominadas e a pluralista, para a qual, havendo pluralidade de agentes e apenas um resultado, cada qual responde separadamente pelo delito.
3. Em relação aos princípios concernentes à aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.
- a) Intervenção mínima, fragmentariedade, culpabilidade e taxatividade.
 - b) Pessoalidade, anterioridade e vedação da dupla punição (este último introduzido pela Convenção Americana de Direitos Humanos, art. 8º, n.4).
 - c) Proporcionalidade, razoabilidade e dignidade da pessoa humana.
 - d) Pessoalidade, individualização da pena e humanidade.
 - e) Reserva legal, anterioridade e retroatividade da lei penal mais benéfica.

4. A respeito da empresa no direito brasileiro, a unificação do direito privado pretendida pelo novo Código Civil Brasileiro estabeleceu alguns marcos conceituais importantes, assim como acentua uma tendência a enfatizar o papel social da atividade econômica. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.
- I. O empresário é o núcleo conceitual mais relevante, sendo a empresa a atividade por ele desenvolvida, qual seja, a atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens e serviços.
 - II. No direito privado brasileiro tem sido notável na última década a preocupação de preservação da empresa, o que demonstra o reconhecimento da função social da instituição, do que é exemplo o interesse de sua manutenção no caso de falência e em caso de morte e exclusão de sócios, em determinadas situações.
 - III. O Código Civil Brasileiro de 2002, a despeito de alguns importantes avanços na matéria empresarial, ainda permaneceu ligado a confusão entre empresa e estabelecimento, conforme defendida pela corrente objetiva de Orlando Gomes.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a) I
 - b) II e III
 - c) I, II e III
 - d) I e II
 - e) II
5. Em relação a extinção das obrigações, referindo-se ao pagamento, dispõe o Código Civil Brasileiro:
- a) são requisitos indispensáveis para validade do pagamento a credor putativo a boa-fé do devedor e a escusabilidade de seu erro.
 - b) o pagamento a credor putativo é considerado válido, mas não se classifica como forma de extinção da obrigação pela necessidade de homologação judicial da quitação.
 - c) o Código Civil Brasileiro conceitua credor putativo aquele que se sub-roga no crédito de anterior credor por título válido, ainda que não comunicando os devedores sucessivos.
 - d) o Código Civil Brasileiro de 2002, diversamente do Código Civil de 1916, admite a possibilidade do pagamento válido a credor putativo.
 - e) caso o devedor pague ao credor a dívida, na pendência de penhora do crédito de terceiro, da qual tenha sido intimado, vale o pagamento com efeitos extintivos da obrigação, dado que não deve responder por obrigações que não foram constituídas por ele.

6. Para o direito civil brasileiro, sobre a pessoa natural é correto afirmar que:

- a) para a aquisição dos direitos de pessoa natural é necessário, após o nascimento, viver, pelo menos vinte e quatro horas.
- b) segundo a orientação romanista existente na maior parte dos países europeus, o direito brasileiro exige a forma humana e a viabilidade para conceder a qualidade de pessoa ao recém-nascido.
- c) o atual Código Civil Brasileiro, seguindo a tradição do Código Civil de 1916, manteve a expressão "homem" ao invés de "pessoa", como defendia parte da doutrina.
- d) o seu surgimento ocorre desde a concepção, não havendo diferença entre pessoa e nascituro.
- e) pode ser conceituada como o ser humano, enquanto sujeito ou destinatário de direitos e obrigações.

7. Quanto às Agências Reguladoras ou autarquias de controle, avalie os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. São classificadas por diversas leis da reforma administrativa da década de 1990 como "autarquias sob regime especial" ou "regimes autárquicos especiais", o que impõe a diferença entre estas e as demais autarquias comuns ou "de regime comum".
- II. Pode-se enumerar como características do "regime autárquico especial" o poder normativo técnico, autonomia decisória, independência administrativa e autonomia econômico-financeira.
- III. No fenômeno da "deslegalização" ou "deslegificação" que inspirou a reforma administrativa da qual surgiram as Agências Reguladoras há transferência de poder de criar leis aos órgãos da Administração, consoante admitido pelo sistema da Constituição Brasileira de 1988.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a) II e III
- b) III
- c) I, II e III
- d) II
- e) I e II

8. Em relação à Lei Complementar Estadual 58/2006, relativa aos direitos, garantias e obrigações dos contribuintes no Pará, é correto afirmar que:

- a) fica suspensa a inscrição em dívida ativa, até final do julgamento, de crédito tributário objeto de ação que vise a sua anulação, desconstituição do crédito ou o seu lançamento.
- b) na hipótese de recusa da exibição de mercadorias, informações, livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador e arquivos magnéticos de documentos fiscais, a fiscalização deverá requerer judicialmente autorização para lacrar os móveis ou depósitos em que eles estejam, bem como sua exibição.
- c) o contribuinte a qualquer tempo poderá recompor sua conta gráfica quando for detectado erro que não resulte em recolhimento atrasado de imposto, bem como escriturar créditos a que tiver direito, não apropriados na época própria.
- d) na hipótese de reincidência de descumprimento da legislação tributária estadual, a Autoridade Fiscal não poderá negar-se a autorizar o contribuinte a emitir documentos fiscais enquanto não satisfeita a obrigação principal ou acessória.
- e) as autoridades de fiscalização podem fazer-se acompanhar de força policial, nas hipóteses de fundado receio de desacato ou resistência às ações de fiscalização tributária junto a estabelecimentos comerciais ou industriais no Pará.

9. Tendo em vista o poder de polícia, avalie as afirmações abaixo:

- I. O poder de polícia administrativo das pessoas políticas da federação, inclusive Estados- membros, Distrito Federal e Municípios é classificado como originário.
- II. A doutrina admite a existência de poder de polícia delegado, o qual pode ser outorgado a pessoas jurídicas de natureza privada.
- III. Exemplo de poder de polícia baseado na faculdade genérica de fiscalização profissional, havendo lei regulamentadora, é o exame de ordem mantido pela OAB.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a) I e III
- b) II e III
- c) I, II e III
- d) I
- e) III

10. O Brasil deu um passo significativo para consolidação de sua democracia com a afirmação do direito de acesso à informação, hoje regulamentado pela Lei federal 12.527/2011. Quanto às disposições da referida lei, é correto afirmar que:

- a** a Lei de Acesso à Informação regulamenta o habeas data, que é o meio próprio para consecução de seus objetivos.
- b** qualquer pessoa pode requerer, por qualquer meio possível, a informação que pretender junto aos órgãos alcançados pela lei, bastando a sua identificação pessoal, o detalhamento da informação pretendida e o motivo da solicitação.
- c** o órgão ou entidade que receber o pedido de informações deve autorizar ou conceder acesso a ela em vinte dias, podendo, por motivo justificado e notificado o interessado, prorrogar tal prazo em mais dez dias.
- d** a informação produzida por entidade privada em razão de atividade desenvolvida junto a órgão ou entidade pública, não está compreendida pela Lei de acesso, desde que o vínculo tenha cessado.
- e** ela é aplicável aos órgãos da Administração Pública direta e indireta, mas também às entidades privadas, sem fins lucrativos, que realizem funções de interesse público e com recursos do orçamento público, direta ou indiretamente.

11. A teoria do poder constituinte é fundamental para a construção da legitimidade do Estado de Direito e para a democracia ocidental posterior às revoluções liberais. A seu respeito, é correto afirmar que:

- I. O poder constituinte originário é o que faz a Constituição e não se prende a limites formais, sendo essencialmente político ou extrajurídico.
- II. O poder constituído ou derivado conhece limitações tácitas e expressas, sendo poder notadamente jurídico, tendo como objeto a reforma do texto constitucional.
- III. De acordo com a doutrina da soberania nacional, o poder constituinte é exercido pelos órgãos constituídos de uma nação, como titulares de uma soberania ordinária.

A alternativa que contém todas afirmativas corretas é:

- a** II e III
- b** I e II
- c** I e III
- d** III
- e** I

12. A respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI, é correto afirmar que:

- a** são características da ADI a generalidade, a pessoalidade e a abstração, sendo que destina-se a discutir a constitucionalidade em tese da lei ou ato normativo.
- b** as emendas constitucionais não podem ser objeto de ADI, em razão de incorporarem-se ao texto constitucional, não sendo admitida no Brasil a tese das normas constitucionais e inconstitucionais.
- c** as medidas provisórias podem ser objeto de controle de constitucionalidade abstrato pela ADI, enquanto estiverem em vigor, entretanto apenas em condições excepcionais poderá o STF apreciar os requisitos de “relevância” e “urgência”.
- d** as súmulas vinculantes incluem-se no conceito de “atos normativos” e a ADI é mecanismo regular para seu cancelamento e revisão.
- e** seu objeto é lei, ato normativo ou preceito fundamental, inclusive resultante de leis ou atos normativos estaduais em ofensa à Constituição Federal.

13. Em relação aos servidores públicos civis, as disposições estabelecidas na Constituição Federal de 1988 permite-nos dizer corretamente que:

- a** a remuneração dos servidores não está constitucionalmente protegida pela regra da irredutibilidade, tal como a dos trabalhadores da iniciativa privada, excetuando-se, no caso deste, acordos coletivos ou convenções.
- b** é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria em Regime Próprio de Previdência Social.
- c** o tempo de serviço federal, estadual e municipal será contado para fins de aposentadoria, a qual, não poderá exceder a remuneração do respectivo cargo efetivo.
- d** a União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios poderão fixar como teto de aposentadoria e pensões para todos os seus servidores, o mesmo aplicado aos segurados do Regime Geral de Previdência Social.
- e** tais disposições, considerado o sistema federativo adotado pela República Brasileira, aplicam-se aos servidores públicos civis da União, sendo inaplicáveis aos demais servidores nos Estados Membros, Distrito Federal e Municípios.

14. A ação popular é um dos mais importantes mecanismos de defesa democrática de direitos e assumiu importância constitucional no sistema da Constituição Federal de 1988. Acerca dela afirma-se que:

- a) na ação popular, por ser uma garantia de direitos fundamentais, não há possibilidade de aplicação de custas judiciais e ônus de sucumbência.
- b) a ação popular surge no Brasil em 1965, à época da ditadura militar, e, por isso, seu caráter restritivo para os legitimados ativamente à sua propositura.
- c) a doutrina brasileira é hesitante quanto à recepção da ação popular na Constituição Federal de 1988.
- d) são legitimadas a ingressar com ação popular as organizações sindicais, entidades de classe ou associação legalmente construída há, pelo menos, um ano.
- e) seu propósito é anular ato lesivo ao patrimônio público em sentido amplo, a moralidade administrativa, ao patrimônio histórico cultural e ao meio ambiente.

15. O controle difuso, repressivo ou posterior de constitucionalidade é realizado por qualquer juízo ou tribunal e admitido pelo direito brasileiro desde o início da República. A respeito, afirma-se que:

- a) o controle difuso verifica-se em um caso concreto com declaração de inconstitucionalidade *incidenter tantum*, prejudicial ao exame de mérito, e seus efeitos, em regra, são *inter partes* e *ex nunc*.
- b) a suspensão pelo Senado Federal de lei declarada inconstitucional pelo STF, através de controle difuso, está restrita a leis e atos normativos federais, em razão do princípio federativo, não podendo, portanto, atingir leis e atos normativos estaduais e municipais.
- c) na suspensão dos efeitos de lei declarada inconstitucional pelo Senado Federal, os efeitos da suspensão são retroativos e *erga omnes*.
- d) a ação declaratória de constitucionalidade surge no direito brasileiro para aperfeiçoar o controle difuso de constitucionalidade, podendo ser proposta perante os Tribunais para assertividade da interpretação da Constituição Federal.
- e) pela cláusula de reserva de plenário, os Tribunais, pela maioria absoluta de seus membros ou membros do respectivo órgão especial, podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, sendo ofensiva a esta regra a declaração por órgão fracionário do Tribunal.

16. Sobre o Mandado de Segurança depreende-se, segundo a Constituição Federal de 1988 que:

- a) o "direito líquido e certo" a que se refere a Constituição Federal no caso do mandado de segurança, é o mesmo protegido pelo habeas data.
- b) o mandado de segurança pode ser impetrado por partido político, contanto que tenha alguma representação no Congresso Nacional.
- c) o mandado de segurança pode ser impetrado por sindicato em defesa de direitos ou interesses difusos.
- d) é garantia de direito fundamental líquido e certo, que visa resguardá-lo contra ilegalidade e abuso de poder cometido por autoridade pública ou seu agente, como no caso de prisões ilegais.
- e) é garantia de direito fundamental, estritamente individual, cuja natureza não depende de prova que o constitua, devendo ser demonstrada apenas a sua violação por ilegalidade e abuso de poder.

17. No que se refere às competências constitucionais, afirma-se que:

- a) a lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual anterior, apenas naquilo que lhe for contrário, restringindo-lhe a competência legislativa plena.
- b) cabe concorrentemente a União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios legislar sobre as custas dos serviços forenses.
- c) ficam reservadas para União todas as matérias que não lhes sejam vedadas, cabendo a ela, portanto, a competência legislativa residual.
- d) em matéria de competência comum, caberá à União legislar sobre normas gerais e aos Estados-membros e Distrito Federal, legislar de forma suplementar.
- e) a Constituição define as competências conforme regras taxativas, distribuindo-as para a União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios exclusivamente.

18. A Constituição Estadual do Pará de 1989, dentro de sua competência normativa, ao tratar dos servidores civis estaduais, estabelece uma vantagem remuneratória que não consta do catálogo previsto na Constituição Federal para os servidores federais, qual seja:

- a) Adicional de interiorização
- b) Hora-extra
- c) Repouso semanal remunerado
- d) Salário-família
- e) Licença Paternidade

19. Considerando os termos da Constituição Federal de 1988, em se tratando de vacância do cargo de Presidente da República, a providência a ser adotada é:

- a) a vacância do cargo de Presidente da República, fica vago também o cargo de Vice-Presidente, dado que a eleição de ambos foi conjunta e será convocada nova eleição.
- b) na hipótese de “mandato-tampão”, decorrente da vacância do cargo de Presidente da República, os novos eleitos deverão completar um período não inferior a dois anos de mandato.
- c) a Constituição Federal não faz distinção, quanto aos efeitos, entre impedimento e vacância.
- d) o Congresso Nacional deverá convocar nova eleição, na hipótese da vacância do cargo de Presidente da República ocorrer faltando dois anos para o término do mandato presidencial.
- e) na vacância, tal como no impedimento, suceder-lhe-á o Vice-Presidente da república.

20. Quanto aos de cargos em comissão na Administração Pública, consoante a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- a) dada a sua natureza, não se aplica o princípio da impessoalidade ao preenchimento e prestação do serviço público nos cargos em comissão.
- b) a Constituição faz equivaler as exigências dos cargos em comissão com as relativas às funções de confiança na Administração Pública.
- c) há destinação constitucional obrigatória de cotas mínimas para preenchimento dos cargos em comissão por pessoas portadoras de deficiência.
- d) não poderão destinar-se à atribuições distintas de direção, chefia e assessoramento, bem como seu preenchimento deve obedecer a um percentual mínimo para servidores de carreira.
- e) são apenas permitidos nos órgãos da Administração direta, sendo vedados na estrutura da Administração indireta dos poderes da União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.

21. Ao tratar da incidência de impostos sobre circulação de mercadorias em operações com lubrificantes e combustíveis, a Constituição Federal deixou para a lei complementar definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade, afastando norma de não incidência de tributo da própria Constituição. Quanto ao tema, aponte a alternativa correta.

- a) Nas operações entre os Estados, que envolvam lubrificantes e combustíveis não derivados de petróleo, se destinadas a não contribuinte, o imposto caberá ao Estado de onde provenha o produto.
- b) As alíquotas serão definidas por deliberação colegiada dos Estados e Distrito Federal e deverão ser uniformes por produtos, podendo ser diferenciadas por ente federativo.
- c) As alíquotas, definidas por ato colegiado dos Estados e do Distrito Federal, poderão ser reduzidas e restabelecidas, observado o princípio da anterioridade tributária.
- d) Nas operações entre os Estados, que envolvam gás natural e seus derivados, se destinadas a contribuinte, o imposto caberá ao Estado onde ocorrer o consumo.
- e) Em operações com lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, o imposto será repartido entre os Estados de origem e de destino, observadas as diferenças entre alíquotas internas e interestadual.

22. Considerando o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços, aponte a alternativa CORRETA.

- a) Nas operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica, o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços incidirá com a alíquota interestadual.
- b) Não incidirá sobre a comercialização de ouro, como produto, exceto quando configurada a situação de ativo financeiro ou instrumento cambial.
- c) Não incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção restrita e remunerada.
- d) Não incidirá o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados, excluídos os semielaborados definidos em lei complementar.
- e) Quando os bens se destinem ao consumidor final localizado em outro Estado, no cálculo do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços incidirá a alíquota interestadual se o destinatário for contribuinte do imposto ou a alíquota interna se o destinatário não for contribuinte do imposto.

23. Aponte a alternativa CORRETA, no que se refere ao imposto sobre circulação de mercadorias ou serviços.

- a** A isenção, salvo determinação normativa em contrário, implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes.
- b** A não-cumulatividade implica a compensação do que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores pelo próprio Estado que realizar a cobrança.
- c** Incidirá sobre a importação de mercadoria do exterior por pessoa física ou jurídica, mesmo que não seja contribuinte habitual do imposto, seja qual for a finalidade do bem importado.
- d** O Senado, por provocação do Presidente da República, de um terço dos senadores ou de nove governadores de Estado, poderá, por meio de resolução, estabelecer alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.
- e** O imposto será seletivo, em função da essencialidade das mercadorias ou serviços.

24. Considerando o imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, assinale a alternativa CORRETA.

- a** As alíquotas máximas do imposto sobre a transmissão *causa mortis* serão fixadas pelo Congresso Nacional.
- b** A morte presumida não faz gerar o imposto sobre a transmissão *causa mortis* de bens imóveis.
- c** O imposto sobre a transmissão *causa mortis* de bens imóveis será devido ao Estado onde se processar o inventário ou tiver domicílio o doador.
- d** No imposto sobre a transmissão *causa mortis*, se o doador tiver domicílio no exterior ou o inventário for processado no exterior, lei complementar regulamentará o ente federativo a quem competirá sua cobrança.
- e** O imposto sobre a transmissão *causa mortis* de bens será devido ao Estado onde situado o bem móvel.

25. Considerando as regras constitucionais sobre competência tributária, assinale a alternativa CORRETA.

- a** Compete à União a competência residual, bem como a competência para criação de impostos extraordinários no caso de guerra externa ou sua iminência, sempre por meio de lei complementar.
- b** A competência residual poderá ser exercida pelos entes federativos para criar tributo destinado a fazer frente a investimento necessário e imprescindível decorrente de calamidade pública ou grave situação de risco à saúde pública.
- c** A União poderá criar impostos extraordinários em caso de guerra externa, respeitada sua competência tributária e a obrigação de suprimi-los, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
- d** A competência residual, que será exercida mediante lei complementar, permite criar impostos que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos impostos discriminados na Constituição.
- e** A competência residual para estabelecer impostos não previstos na Constituição Federal é comum aos entes federativos.

26. Considerando as regras constitucionais sobre os impostos de competência da União, assinale a alternativa CORRETA.

- a** O imposto sobre propriedade territorial rural não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.
- b** O imposto sobre produtos industrializados será seletivo, em função da essencialidade do produto, cumulativo e não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.
- c** O imposto sobre propriedade territorial rural será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
- d** O imposto sobre a renda não incidirá sobre rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, pagos pela previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, cuja renda total seja constituída, exclusivamente, de rendimentos do trabalho.
- e** Desde que autorizado em lei, ato do Poder Executivo Federal poderá alterar as alíquotas do imposto sobre importação de produtos estrangeiros, imposto sobre a renda e imposto sobre produtos industrializados.

27. Assinale a alternativa que indique apenas tributos de competência legislativa da União.

- a) Imposto de exportação, imposto sobre propriedade de veículos automotores e imposto sobre grandes fortunas.
- b) Imposto sobre a renda, imposto sobre produtos industrializados e imposto sobre circulação de mercadorias e serviços em território federal.
- c) Imposto sobre transmissão causa mortis de qualquer bem, imposto sobre a renda e imposto de importação de produtos estrangeiros.
- d) Imposto de exportação, imposto sobre propriedade territorial rural e imposto sobre transmissão inter-vivos de bens imóveis.
- e) Imposto sobre importação de produtos estrangeiros, imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e imposto sobre serviços em território federal.

28. Considerando as regras constitucionais tributárias e as políticas de incentivo e desoneração fiscal, aponte a alternativa CORRETA.

- a) Ao estabelecer isenção no IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor, o Estado-membro deverá estabelecer mecanismo de compensação com os municípios que vierem a ser atingidos com a redução da arrecadação do tributo, aos quais se destina parcela do tributo na repartição de receitas.
- b) A União, como instrumento de política econômica, desde que também conceda isenção em seus próprios tributos, poderá instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- c) Os Estados-membros, Distrito Federal e Municípios poderão, excepcionalmente, dar tratamento diferenciado a produtos, bens e serviços em razão de sua procedência ou destino, desde que por tempo certo e dentro de um plano de desenvolvimento regional.
- d) A concessão de incentivos fiscais poderá ser feita pela União para promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre os diferentes entes federativos.
- e) A instituição de tributos pela União deverá ser uniforme em todo o território nacional, vedada a distinção ou preferência em favor de Estado-membro, Distrito Federal ou Município em detrimento de outro ente federativo.

29. Aponte a alternativa que indique apenas tributos que NÃO estejam submetidos tanto ao princípio da anterioridade tributária (art. 150, III, b, Constituição Federal), quanto ao da anterioridade nonagesimal (art. 150, III, c, Constituição Federal).

- a) Imposto sobre importação de produtos estrangeiros, imposto sobre exportação, imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro.
- b) Imposto sobre importação de produtos estrangeiros, imposto sobre propriedade de veículo automotor e imposto sobre propriedade territorial urbana.
- c) Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, imposto sobre serviços e imposto sobre circulação de mercadores e serviços.
- d) Empréstimo compulsório, imposto sobre exportação e imposto sobre produtos industrializados.
- e) Empréstimo compulsório, imposto sobre importação de produtos estrangeiros, imposto sobre a renda.

30. Considerando as vedações constitucionais ao exercício da tributação, aponte a alternativa CORRETA.

- a) A imunidade tributária conferida aos templos de qualquer culto religioso se aplica aos templos evangélicos, aos centros espíritas e de outros cultos religiosos, bem como aos imóveis de propriedade de instituições religiosas, mas não incluem os cemitérios por elas mantidos ou as lojas maçônicas.
- b) A imunidade tributária conferida às instituições de ensino sem fins lucrativos incide para afastar a cobrança de IPTU sobre imóvel de sua propriedade, mesmo que destinado ao estacionamento gratuito de seus alunos.
- c) A imunidade tributária sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão não abrange os álbuns de figurinhas de campeonatos de futebol ou de personagens infantis.
- d) É vedado ao município cobrar taxas dos demais entes federativos, por incidir em patrimônio, renda ou serviços destes, ofendendo a imunidade recíproca.
- e) Estão protegidos pela imunidade recíproca as empresas públicas federais, desde que prestadora de serviços públicos, a OAB e suas respectivas Caixas de Assistência dos Advogados.

31. Tendo em conta as limitações constitucionais do poder de tributar, aponte a alternativa CORRETA.

- a A lei estadual que prorrogue a incidência de uma alíquota majorada do ICMS, fixada em outra lei, implica em majoração do tributo, estando sujeita ao prazo nonagesimal.
- b É possível a cobrança de tributos se decorridos sessenta dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, desde que no mesmo exercício financeiro.
- c É vedado estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a hipótese de proteção à igualdade de concorrência ou por restrições ambientais.
- d Tem efeito de confisco a cobrança de alíquota de imposto equivalente a 40% (quarenta por cento).
- e A isenção, redução de base de cálculo, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente tais matérias ou o próprio tributo ou contribuição.

32. Observadas as limitações constitucionais do poder de tributar, aponte a alternativa CORRETA.

- a é vedado aos entes federativos instituir tratamento desigual entre contribuintes, proibida qualquer distinção, exceto para garantir investimento regional incentivado.
- b O princípio da legalidade não impede que se altere, por decreto, a data de recolhimento do ICMS.
- c A redução ou a extinção de desconto para pagamento antecipado de tributo implica em aumento do valor a ser pago e, portanto, está submetido ao princípio da anterioridade.
- d É vedado aos entes federativos exigir, reduzir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- e A alteração das alíquotas incidentes no Imposto sobre a renda que ocorram até 31 de dezembro de um determinado ano-base não poderão ser consideradas na hora da declaração de ajuste a ele referente.

33. Considerando as regras para exercício da competência tributária, assinale a alternativa CORRETA.

- a O empréstimo compulsório no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional deverá observar antecedência de noventa dias do início da cobrança.
- b O empréstimo compulsório poderá ser criado para atender despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública ou de guerra externa, sendo privativo da União na segunda hipótese.
- c O empréstimo compulsório poderá ser instituído para viabilizar o atendimento médico permanente em regiões carentes.
- d Lei do Distrito Federal regulamentará o ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e o IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, cabendo a Ceilândia, Planaltina, Sobradinho e Taguatinga regulamentar o respectivo IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.
- e Lei federal regulamentará o ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores e o IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano em território federal em que não haja divisão em município.

34. No tratamento diferenciado que a lei complementar federal pode criar para empresas de pequeno porte, é CORRETO afirmar que:

- a o recolhimento dos tributos será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos destinada aos respectivos entes federados observará o prazo fixado na lei complementar.
- b o regime único de arrecadação dos impostos e contribuições poderá incluir tributos de competência de todos os entes federativos e será obrigatório para os contribuintes.
- c poderá ser criado cadastro único de contribuintes, envolvendo todos os entes federativos, para que seja compartilhada a arrecadação, cobrança e fiscalização dos tributos.
- d abrange o tratamento do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, da contribuição previdenciária devida por empregados e empregadores e do recolhimento do PIS/PASEP.
- e as regras deverão ser uniformes em todo o território nacional, para assegurar igualdade de condições de tratamento entre as empresas de pequeno porte.

35. Considerando os princípios gerais do Sistema Tributário Nacional e as regras para instituir tributos, analise as alternativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- a** A administração tributária municipal não poderá identificar o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- b** A base de cálculo das taxas municipais poderá ser a mesma de um imposto, desde que instituídos pelo mesmo ente federativo.
- c** A instituição de contribuição de melhoria, que pode ser feita por qualquer dos entes federativos, demanda a demonstração de nexos causal com obra pública.
- d** As taxas poderão ser instituídas por qualquer dos entes federativos, desde que decorram do exercício do poder de polícia ou pela efetiva utilização de serviços públicos indivisíveis, prestados ao contribuinte.
- e** A instituição de tributos pode ser feita por qualquer dos entes federativos, desde que observem a necessidade de atribuir caráter pessoal, observada a capacidade econômica do contribuinte.

36. No que se refere ao ITCMD exigido no Estado do Pará, quanto à Avaliação, ao Processo Administrativo Fiscal e à Cobrança Judicial, analise as afirmativas abaixo.

- I. Pode a Fazenda Pública Estadual deixar de aceitar o valor declarado pela parte nas transmissões de propriedade ou de direitos em relação aos quais não tenha sido realizada a avaliação judiciária, na forma da lei tributária.
- II. Se o valor estipulado pela autoridade fiscal não for aceito pela parte, poderá esta requerer a avaliação contraditória, no prazo de trinta (30) dias, observadas as prescrições da Lei Estadual Nº 5.529/89.
- III. A avaliação contraditória deverá ser precedida de requerimento, no qual constará o valor da avaliação feito pela autoridade fiscal e o valor atribuído pela parte, consubstanciado em laudo expedido por perito juridicamente capaz e habilitado para tal fim.
- IV. Formalizado o expediente, os valores serão submetidos à apreciação nos mesmos rito e processamento da impugnação a auto de infração e notificação fiscal, previstos na Lei que tratar do procedimento administrativo tributário.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a** III e IV
- b** II e III
- c** I, II e III
- d** I e III
- e** I, II e IV

37. Quanto à aplicação de penalidade sobre o ITCMD, consoante a Lei Estadual Nº 5.529/89, marque a alternativa correta.

- a** A imposição da penalidade para o pagamento de multa exige o infrator de cumprimento da obrigação.
- b** A indenização do imposto é sempre devida, independentemente da pena que houver de ser aplicada.
- c** O direito de impor penalidades extingue-se em 5 (cinco) anos, contados da data do lançamento.
- d** As penalidades pelas infrações de caráter culposo previstas nesta Lei, não eximem o infrator da ação original competente.
- e** A imposição de penalidades será sempre precedida de processo judicial regular, no qual se proporcionará ampla defesa do infrator.

38. Em relação à Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM, definida na Lei Estadual Nº 7.591/11, é correto afirmar que:

- a** o valor da TFRM corresponderá a duas Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará - UPF-PA, vigente na data do pagamento, por tonelada de minério extraído.
- b** contribuinte da TFRM é a pessoa, física ou jurídica, a qualquer título, autorizada a realizar a pesquisa, a lavra, a exploração ou o aproveitamento de recursos minerários no Estado.
- c** para a apuração mensal do valor da TFRM, o contribuinte considerará, para os fins de determinação da quantidade de mineral ou minério em tonelada ou fração desta, a quantidade extraída e informada, por meio de declaração à SEFA.
- d** a TFRM será apurada trimestralmente e recolhida até o último dia útil do trimestre seguinte à extração do recurso minerário.
- e** são isentos do pagamento da TFRM o microempreendedor individual (MEI), a microempresa e a empresa de pequeno porte, assim definidos pela legislação em vigor e as empresas mineradoras de ferro.

39. Segundo a lei estadual que define regras sobre Processo Administrativo Fiscal, no que tange às regras sobre ocorrência da notificação ou intimação, julgue as afirmativas em Verdadeiro ou Falso.

- () Quando por remessa, na data do recebimento.
- () Se a remessa for por via postal, na data em que for devolvido o documento pelo órgão encarregado da postagem.
- () Por qualquer outro meio ou via, 8 (oito) dias após a data da expedição.
- () Quando por edital, 10 (dez) dias após a data da publicação ou afixação do edital.

A sequência correta é:

- a** V, V, V, F
- b** V, V, F, F
- c** F, F, V, F
- d** V, F, V, F
- e** F, F, V, V

40. Em relação ao IPVA e seus contornos definidos na Lei Estadual Nº 6.017/96, no que tange ao momento de ocorrência do fato gerador, é correto afirmar que:

- a** após 1(um) ano da data em que ocorrer a perda da não-incidência ou da isenção.
- b** na data da incorporação de veículo ao ativo permanente do fabricante, do revendedor ou do importador.
- c** no dia 31 de janeiro de cada ano, sempre fracionado o imposto quando à aquisição ocorrer durante o ano.
- d** na data da primeira aquisição por concessionária de veículos situados no Estado do Pará.
- e** na data da chegada em território nacional, em relação a veículo importado diretamente do exterior por consumidor final.

41. Conforme indicação expressa da lei estadual que trata do Processo Administrativo Fiscal, no Auto de Infração e Notificação Fiscal deve conter:

- a** as informações sobre descontos de juros e multas em caso de parcelamento do crédito tributário decorrentes de planos especiais de parcelamento.
- b** a capitulação legal da imposição; bem como a indicação do valor do tributo, da multa e dos acréscimos decorrentes da mora.
- c** a notificação ao sujeito passivo para que pague, impugne ou deposite o valor do crédito tributário lançado, no prazo de trinta dias, contados da data do vencimento da obrigação.
- d** a descrição da matéria tributável, com menção do fato gerador e respectiva base de cálculo, e/ou do fato que haja infringido a legislação tributária e o arrolamento de bens do contribuinte para garantia do crédito.
- e** a qualificação do sujeito passivo da obrigação, o local, a data e a hora da lavratura e a indicação da autoridade fiscal e seus superiores hierárquicos.

42. Não haverá incidência do ICMS sobre mercadorias e serviços, conforme Lei Estadual n.º 5.530/89, nos casos:

- I. Que destine a outro Estado ou ao Distrito Federal petróleo inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica.
- II. Com ouro, quando definido como mercadoria.
- III. Com livros, jornais e periódicos, inclusive o papel destinado a sua impressão.
- IV. Na prestação de serviços municipal de transportes de passageiros.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a** II e IV
- b** I, III e IV
- c** III e IV
- d** I, II e IV
- e** I e II

43. Quanto ao regime de alíquota do ICMS no Estado do Pará, conforme Lei Estadual n.º 5.530/89, é correto afirmar que:

- a** será de 25% (vinte e cinco por cento), nas operações com gasolina.
- b** será de 30% (trinta por cento) nas operações com energia elétrica.
- c** será de 25%(vinte por cento) nas operações com refrigerante.
- d** será de 30% nas prestações de serviço de comunicação.
- e** será de 25%(vinte e cinco por cento) para as operações com mercadorias ou bens considerados supérfluos, conforme definido em lei específica.

44. Com relação à Lei Estadual nº 5.530/89, no que tange à aplicação de multa em caso de descumprimento de obrigação principal ou acessória, mediante procedimento fiscal, é correto afirmar que:

- a** deixar de recolher o imposto resultante da operação e prestação não escriturada em livros fiscais – multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto.
- b** deixar de recolher o imposto relativo à entrada de mercadorias oriundas de outra unidade da Federação, destinadas ao uso, consumo ou à integração ao ativo permanente do estabelecimento – multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do imposto.
- c** deixar de recolher o imposto relativo às prestações de serviços oriundas de outra unidade da Federação e que não estejam vinculadas à operação ou prestação subsequente – multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto.
- d** deixar de recolher o imposto, no todo ou em parte, no prazo legal, quando desobrigado da escrita fiscal e da emissão de documento – multa equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor do imposto.
- e** deixar de recolher o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos regulamentares, tendo emitido os documentos fiscais e lançado nos livros próprios as operações ou as prestações realizadas – multa equivalente a 24% (vinte e quatro por cento) do valor do imposto.

45. Segundo o Código do Contribuinte do Estado do Pará, no que tange às vedações da autoridade administrativa, julgue as afirmativas em Verdadeiro ou Falso.

- () É vedado fazer exigência ao contribuinte de obrigação não prevista na legislação tributária ou criá-la fora do âmbito de sua competência.
- () É vedado exigir honorários advocatícios na cobrança de crédito tributário, após a citação no processo de execução fiscal.
- () É vedado negar ao contribuinte a autorização para impressão de documentos fiscais, usando como argumento a existência de descumprimento de obrigação principal ou acessória.
- () É vedado inscrever o crédito tributário em dívida ativa ou ajuizar ação executiva fiscal quando souber indevida.

A sequência correta é:

- a** F, F, V, V
- b** V, V, F, F
- c** V, F, V, F
- d** V, F, V, V
- e** F, F, F, V

46. Segundo a Lei Complementar Estadual n.º 58/06, no que se refere ao direito do contribuinte, é correto afirmar que:

- a** a adequada e eficaz prestação de serviços públicos em geral e, em especial daqueles prestados pelos órgãos e unidades da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda.
- b** o direito de impugnar o lançamento tributário e de apresentar recurso voluntário, sendo garantido a suspensão do crédito tributário mediante o depósito de 30%(trinta por cento) do imposto devido.
- c** o não pagamento de honorários advocatícios, em sede de execução fiscal, quando ocorrer o pagamento após a citação.
- d** o acesso gratuito aos dados e informações de seu interesse registrados nos sistemas de tributação, arrecadação e fiscalização, e o fornecimento de certidões, se solicitadas, com cobranças de taxas de custeio, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade do Estado.
- e** a igualdade de tratamento, com respeito e urbanidade, em qualquer repartição administrativa ou fazendária do Estado, ressalvado os grandes contribuintes que terão tratamento diferenciado.

47. Quanto às medidas acauteladoras previstas na Lei Estadual nº 6.182/98, em face do não pagamento do tributo na qual não caiba mais impugnação ou recurso na esfera administrativa, podem ser adotadas as seguintes medidas:

- a** as repartições públicas estaduais, inclusive autarquias, e os estabelecimentos creditícios controlados pelo estado ficam proibidos de transacionar, a qualquer título, com os devedores e seus fiadores declarados remissos.
- b** será declarado devedor remisso, inclusive seus fiadores, com publicação no Diário Oficial do Estado, o sujeito passivo cujo crédito tributário tenha sido inscrito em dívida ativa, e a imediata inscrição dos devedores remissos e seus fiadores, e de todo o quadro societário da empresa em cadastro negativo de devedores.
- c** a inscrição imediata dos devedores remissos e seus fiadores, e de todo o quadro societário da empresa em cadastro negativo de devedores, não sendo permitida a celebração de contratos de qualquer natureza, a concessão de empréstimos por estabelecimentos creditícios controlados pelo Estado e quaisquer outros atos que importem em transação com o Estado.
- d** se não regularizado o crédito tributário em 30 (trinta) dias do vencimento do prazo fixado para o pagamento e se o crédito tributário for referente ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS), o Secretário de Estado da Fazenda poderá determinar o cancelamento da inscrição do contribuinte.
- e** a imediata suspensão, até que se regularize a situação fiscal do sujeito passivo, de todos os incentivos e benefícios fiscais concedidos sob condição de regularidade fiscal, e a proibição de creditamento de ICMS nas operações anteriores.

48. Segundo a Lei Complementar 123/06, são formas de exclusão de ofício do Simples Nacional:

- I. Comercializar mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.
- II. Houver falta de escrituração do livro-caixa.
- III. Não permitir a identificação da movimentação financeira, inclusive a bancária.
- IV. Estar inscrita em dívida ativa e sofrer processo de execução fiscal.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a** II, III e IV
- b** III e IV
- c** I, II e III
- d** I, II, III e IV
- e** I e II

49. Considerando os contornos da Lei Complementar 87/96, quanto à incidência do ICMS, analise as afirmativas em Verdadeiro ou Falso.

- () Incide nas operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares.
- () Incide nas prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e municipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores.
- () Incide nas prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza.
- () Incide no fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

A sequência correta é:

- a** F, F, V, V
b F, V, V, V
c V, V, F, F
d V, V, F, V
e V, F, V, V

50. Conforme o disposto na Lei Complementar Nº 24/75 as isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal. Neste sentido os convênios podem permitir:

- a** as prorrogações e às extensões das isenções vigentes concedidas bem como a concessão de benefício por prescrição.
- b** a concessão de créditos presumidos, redução de multas, juros em casos de parcelamentos especiais e a remissão de créditos tributários por equidade.
- c** quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus.
- d** a devolução total ou parcial, direta, condicionada, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros.
- e** a redução da base de cálculo dos impostos federais que compõem a base de cálculo do ICMS.

51. A Construtora Ponta de Pedra S/A, especialista em obras de grande porte, efetuou as seguintes operações no ano de 2012:

\$(Em mil)

Consumo de material adquirido de terceiros	200,00
Despesa de depreciação	50,00
Despesa de seguros	40,00
Despesas de aluguel	20,00
Despesas de juros	30,00
Despesas financeiras	50,00
Dividendos	20,00
Ganho com venda de imobilizado	80,00
Gastos com água, energia e telefonia	120,00
Gastos com FGTS	20,00
Gastos com salários	240,00
Gastos com treinamento de colaboradores	10,00
Impostos pagos	200,00
Juros sobre capital próprio	100,00
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	30,00
Receita com Vendas	1.000,00
Receita de aluguel	50,00
Receitas financeiras	70,00
Resultado de equivalência patrimonial (lucro)	100,00

Com base nessas informações, em 31/12/12, o valor adicionado a distribuir da Construtora Ponta de Pedra S/A será de:

- a** 900,00
b 930,00
c 950,00
d 820,00
e 800,00

52. O armazinho Santo Antônio do Tauá, que vende velas e outros artigos sagrados, comprou a prazo um estoque de mercadorias no período 1; vendeu a prazo tais mercadorias no período 2; pagou o Fornecedor no período 3; recebeu dos clientes no período 4. Nesse caso, considerando o regime de competência, tais estoques serão transformados em despesas na Demonstração do Resultado (DRE) do:

- a** Período 3
b Período 4
c Estoque de mercadorias não se transforma em despesa
d Período 2
e Período 1

53. Elabore a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) da Cia Itaituba S/A. Considerando os saldos iniciais e os fatos ocorridos no Patrimônio Líquido da empresa durante o ano de 20x1, elabore a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e assinale a alternativa correta.

SALDO EM 01/01/X1- Saldo Inicial	R\$
Capital Social	600.000
Reserva de Capital	100.000
Reserva de Lucros	80.000
Lucros Acumulados	-

FATOS OCORRIDOS DURANTE O ANO DE X1	R\$
Aumento de capital com reserva de capital	60.000
Aumento de capital com reserva de lucros	40.000
Aumento de capital com imóveis (admissão de um novo sócio)	400.000
Lucro Líquido do exercício	200.000
Na DRE desse período está computado um ganho resultante de subvenção governamental, que o estatuto prevê a não distribuição em forma de dividendos aos acionistas.	30.000
Proposta de retenção de parte do lucro do exercício (Reserva Legal 5%; Reserva Estatutária 10%)	?
Proposta de distribuição de dividendos (saldo remanescente dos lucros acumulados) a calcular	?

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Ocorrências	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total Do Patrimônio Líquido
Saldo Inicial	600.000	100.000	80.000	-	780.000
Aumento de capital social					
Lucro líquido do exercício					
Proposta de destinação do lucro					
. Reserva Legal					
. Reserva Estatutária					
. Juros sobre o capital próprio					
. Dividendos Propostos					
Saldo Final					

Com base nessa DMPL, é correto afirmar que:

- a) o saldo da coluna de lucros acumulados ao final do período é de R\$140.000.
- b) ao final do período o total do Patrimônio Líquido soma R\$1.210.000.
- c) ao final do período as reservas de lucro somam R\$100.000, e o PL total R\$1.240.000.
- d) o saldo de reserva de capital não se altera do início para o final do ano.
- e) o total do Patrimônio Líquido aumenta de R\$780.000, para R\$1.380.000.

54. Assinale as proposições abaixo com F para falsa ou V para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a sequência correta.

- () São aspectos extrínsecos dos livros contábeis: encadernação; numeração sequenciada; termos de abertura e encerramento; autenticação dos livros.
- () São aspectos extrínsecos dos livros contábeis: utilizar forma e padrão contábil; adotar idioma e moeda nacional; possuir clareza e exatidão; não conter rasuras, borrões, emendas, entrelinhas ou transporte para as margens; obedecer ordem cronológica; guardar continuidade; seguir método uniforme de escrituração - Plano de Contas.
- () São aspectos intrínsecos dos livros contábeis: encadernação; numeração sequenciada; termos de abertura e encerramento; autenticação dos livros contábeis.
- () São aspectos intrínsecos dos livros contábeis: utilizar forma e padrão contábil; adotar idioma e moeda nacional; possuir clareza e exatidão; não conter rasuras, borrões, emendas, entrelinhas ou transporte para as margens; obedecer ordem cronológica; guardar continuidade; seguir método uniforme de escrituração - Plano de Contas.
- () São aspectos intrínsecos dos livros contábeis: utilizar forma e padrão contábil; encadernação; adotar idioma e moeda nacional; numeração sequenciada; termos de abertura ; possuir clareza e exatidão; não conter rasuras, borrões, emendas, entrelinhas ou transporte para as margens; obedecer ordem cronológica; guardar continuidade; seguir método uniforme de escrituração - Plano de Contas.

A sequência correta é:

- a** F, V, F, F, F
b F, V, V, F, V
c F, V, V, V, V
d V, F, F, V, F
e V, F, F, V, V

55. Quanto aos conceitos do SPED contábil, é correto afirmar que:

- a** a vinculação entre o plano de contas contábeis e o plano de contas referencial (DE-PARA) é obrigatória na escrituração contábil digital, para o devido provimento das informações contábeis necessárias.
- b** na escrituração contábil digital o livro diário geral-G, livro diário resumido-R e livro balancete diário e balanço-B são equivalentes – todos são livros principais, mas um livro diário resumido-R não pode substituir um livro diário geral-G porque este tem auxiliares.
- c** na escrituração contábil digital ao se entregar um livro principal resumido (livro diário resumido-R) devem ser obrigatoriamente entregues os livros auxiliares correspondentes (livro diário auxiliar-A ou razão auxiliar-Z).
- d** a partir de 2008 todas as pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real devem entregar a escrituração contábil digital, com base no próprio exercício de 2008, respeitando o prazo estipulado por lei.
- e** é obrigatória a impressão dos livros da escrituração contábil digital para a devida guarda pelo prazo estipulado por lei e os livros devem estar a disposição da fiscalização quando se fizer necessário.

56. A sociedade empresária "Cametá S/A", especialista na venda de artigos de cama & mesa, em 31.12.2010, apresentou os seguintes saldos:

Caixa e Equivalentes de caixa	6.000,00
Capital Social (a calcular)	?
Custo das Mercadorias Vendidas	50.000,00
Despesas Gerais	20.000,00
Fornecedores	10.000,00
Duplicatas a Receber em 60 dias	30.000,00
Máquinas e Equipamentos	15.000,00
Marcas e Patentes	14.000,00
Reserva de Lucros	3.000,00
Estoque de Mercadorias	4.000,00
Ação em outras cias (participações permanentes)	10.000,00
Receitas de Vendas	90.000,00
Salários a Pagar	5.000,00
Resultado de equivalência patrimonial (prejuízo)	15.000,00

O Resultado do Período, o Capital Social e o Ativo Circulante são respectivamente:

- a** R\$20.000,00; R\$16.000,00 e R\$35.000,00
b R\$25.000,00; R\$11.000,00 e R\$40.000,00
c R\$25.000,00; R\$11.000,00 e R\$50.000,00
d R\$15.000,00; R\$21.000,00 e R\$50.000,00
e R\$15.000,00; R\$21.000,00 e R\$40.000,00

57. A Comercial Redenção Ltda. cotou duas possibilidades do produto que revende:

- Proposta 1 – Aquisição de uma mercadoria, da Indústria Óbidos S/A, ao preço unitário de R\$110,00, com IPI de R\$10,00 e ICMS de 17%, ambos inclusos no preço de compra.
- Proposta 2 - Aquisição da mesma mercadoria de um fornecedor de fora do Estado (Comercial Maranhão), ao preço unitário R\$100,00; com ICMS incluso de 12%, mas a Comercial Redenção terá que pagar o frete de R\$7,00 por unidade (isento de tributos).

Com base nessas informações, o custo unitário da mercadoria que deveria figurar na ficha de estoque é de:

- a** R\$91,30 na proposta 1 e de R\$88,00 na proposta 2
- b** R\$93,00 na proposta 1 e de R\$88,00 na proposta 2
- c** R\$93,00 na proposta 1 e de R\$95,00 na proposta 2
- d** R\$83,00 na proposta 1 e de R\$95,00 na proposta 2
- e** R\$83,00 na proposta 1 e de R\$88,00 na proposta 2

58. Algumas ocorrências no dia-a-dia de uma entidade provocam alterações no patrimônio e por isso precisam ser registradas na escrituração contábil, outras ocorrências, por não afetarem o patrimônio, não precisam de registro contábil. Com base na fundamentação teórica de atos e fatos administrativos aplicados à empresa, é correto afirmar que:

- a** devolução de uma mercadoria, por defeito de fabricação, é um fato misto diminutivo.
- b** venda de um imobilizado com ganho de capital é um fato permutativo.
- c** pagamento de uma duplicata com acréscimo de juros é um fato misto diminutivo.
- d** contratação de um funcionário, com adiantamento de salário, é um ato administrativo.
- e** compra a prazo de mercadorias representa um fato modificativo aumentativo.

59. A Cia. Marabá S/A, empresa especializada em elaboração de projetos, iniciou suas atividades em 30/11/12, com um capital social de R\$300.000,00, totalmente integralizado, parte em dinheiro, R\$100.000,00, e parte em móveis, utensílios e equipamentos no valor de R\$200.000,00. Até o final do exercício de 2012, ocorreram os seguintes acontecimentos:

- Aquisição, a prazo, de material de consumo R\$ 60.000,00, dos quais usou 40% durante o mês de dezembro.
- Pagamento antecipado de aluguel em 01/12/12, dos próximos 5 meses, R\$15.000,00.
- Fez um contrato de leasing no valor de R\$60.000,00 para uso de um veículo que tem valor de mercado de R\$60.000. Tal valor deverá ser pago em 30 parcelas a cada quinto dia útil, a partir do próximo mês. Tal veículo será usado para visita a clientes.

Gasto de R\$5.000,00, com água, energia, telefone etc. consumidos em dezembro/12, mas que serão pagos somente no início do mês seguinte.

- Recebimento de adiantamento de clientes por serviços contratados, a serem prestados em 60 dias R\$50.000,00.
- Reconhecimento da despesa com salários e pró-labore no valor de R\$ 20.000,00, pagos até o último dia útil do mês de dezembro/12.
- A empresa tem R\$150.000,00 a receber de prefeituras, referente aos serviços prestados durante o mês de dezembro/12.

Com base nessas informações, e sem considerar depreciação e tributação, o valor total do Ativo e o Resultado do exercício da Cia. Marabá S/A, em 31/12/12, são respectivamente:

- a** R\$597.000,00 e R\$122.000,00
- b** R\$573.000,00 e R\$98.000,00
- c** R\$600.000,00 e R\$125.000,00
- d** R\$600.000,00 e R\$175.000,00
- e** R\$513.000,00 e R\$38.000,00

- 60.** Sobre a fundamentação teórica de Conceitos Básicos da Contabilidade e ao seu respectivo exemplo, assinale a alternativa correta.
- a** O Patrimônio Líquido (PL) é o valor residual da entidade após a dedução de todos os seus passivos. Tal PL pode ter subclassificações no balanço patrimonial. Tais classificações podem ser relevantes para a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis quando indicarem restrições legais ou de outra natureza sobre a capacidade que a entidade tem de distribuir ou aplicar de outra forma os seus recursos patrimoniais. Exemplo: no PL, dividendos a distribuir têm menos restrições do que capital social.
 - b** O ativo resulta de transações com terceiros, estão sob o controle da entidade adquirente e geram benefícios futuros para esta entidade. Por isso, elementos que já foram consumidos e que não trarão mais benefícios futuros devem ser descarregados na DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) como despesa do período em que foram consumidas. Exemplo: o consumo da mão-de-obra utilizada na fabricação de produtos que ainda não foram vendidos.
 - c** O passivo é uma obrigação atual da entidade como resultado de eventos já ocorridos cuja liquidação se espera resulte na saída de recursos econômicos, mas é necessário distinguir uma obrigação presente, de um compromisso futuro. Exemplo: a assinatura de um contrato de fornecimento de matéria prima, que tem uma cláusula prevendo multa em caso não cumprimento do prazo estabelecido, é exemplo de um passivo.
 - d** Há uma forte associação entre incorrer em gastos e gerar ativos, mas ambas as atividades não são necessariamente indissociáveis. O gasto pode fornecer uma evidência de que a entidade busca futuros benefícios econômicos, mas não é prova conclusiva de que satisfaça à definição de ativo. Exemplo: o pagamento de energia dentro do próprio mês de consumo, numa empresa industrial, evidencia um gasto que não é ativo e sim despesa, pois se trata de um insumo que já foi consumido.
 - e** A entidade também pode ter a necessidade de reconhecer como passivo os futuros abatimentos baseados no volume das compras anuais dos clientes. Nesse caso, a venda de bens no passado é a transação que dá origem ao passivo. Exemplo: as milhagens concedidas aos clientes de companhias aéreas devem ser reconhecidas no passivo de tais companhias, da mesma forma, a garantia concedida no momento da venda de produtos, deve figurar no passivo, desde o momento da venda.

